

Governo desiste da hora extra de fiscais

Por Cristiano Zaia | De Brasília



Blairo Maggi afirmou que deixará projeto de criação de taxas de inspeção sanitária pronto para o próximo governo.

Devido às resistências levantadas pela equipe econômica, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, admitiu ao Valor que o governo Temer desistiu da Medida Provisória (MP) que vinha sendo preparada para pagar uma indenização aos fiscais federais e cobrar taxas de frigoríficos e outras indústrias de alimentos para financiar a contratação de médicos veterinários do setor privado.

Na avaliação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, a MP criava despesas indesejadas em período eleitoral e que poderiam ser transferidas ao próximo governo eleito, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante da resistência e a pouco mais de dois meses para o término do governo, o Ministério da Agricultura optou por um decreto que tratará apenas da regulamentação dos auxiliares de

inspeção, profissionais de nível técnico e do setor privado que atuam na linha de produção como assistentes dos fiscais e são do setor privado. Cerca de 12 mil desses assistentes já são contratados pelas próprias empresas. No entanto, vários países importadores, como os da União Europeia, questionam esse processo alegando conflito de interesse.

Com o decreto, caberá ao Ministério da Agricultura credenciar e fiscalizar as instituições que vão fornecer esses auxiliares às indústrias, reconhecendo maior legitimidade a essas contratações, avaliou o ministro.

"Só vamos regulamentar a questão dos auxiliares por decreto. E queremos fazer isso funcionar sem que os frigoríficos paguem diretamente aos auxiliares", acrescentou Blairo ao Valor.

Ainda de acordo com o ministro, a previsão é que o presidente Michel Temer assine o decreto até o fim de dezembro. "Vamos deixar isso neste ano ainda e tentar pelo menos propor as taxas para que o próximo presidente eleito avalie".

A ideia central da MP, agora engavetada, era tentar resolver o problema das horas extras da categoria, que não são regulamentadas no país e abrem margem para casos como o apontado na delação premiada do

ex-presidente da JBS, Wesley Batista. A intenção seria evitar o pagamento dos "mensalinhos" revelados pelo empresário.

Em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR), Batista afirmou que a JBS reforçou durante anos os vencimentos de mais de 200 fiscais que atuavam em unidades de produção do grupo para que eles dobrassem turnos ou trabalhassem em feriados e fins de semana. O empresário sustentou, em sua delação, que a qualidade dos produtos não era comprometida pela prática.

De acordo com o texto da MP proposto à Casa Civil e obtido pela reportagem, o Ministério da Agricultura pagaria, com orçamento próprio, R\$ 280 para cada fiscal que fizesse quatro horas adicionais (44 horas semanais no total) e R\$ 600 ao que trabalhasse oito horas a mais (48 horas semanais), o máximo permitido. Atualmente, o salário dos auditores varia de R\$ 14.584,71 a R\$ 20.346,24, conforme os dados do Ministério do Planejamento.

Na avaliação de fontes do agronegócio, o recuo do Ministério representa mais uma promessa desfeita no rol de medidas anunciadas após a Operação Carne Fraca. A ideia inicial era criar uma "Super SDA (Secretaria de Defesa Agropecuária)", com poderes para desenvolver todas essas medidas.

Toffoli anuncia mutirão para destravar obras

Presidente do Supremo cria comitê formado por CNJ, TCU e tribunais de contas regionais para tentar retomar processos paralisados na Justiça

Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, anunciou ontem a criação de um comitê para tentar destravar obras paralisadas em todo o País por decisões judiciais, tendo como foco as áreas de infraestrutura, educação, saúde e segurança pública. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), atualmente 14.403 obras financiadas com recursos federais estão paralisadas no Brasil.

Juntas, elas representam investimento de R\$ 144 bilhões. "Criamos um comitê que vai ser composto pelo CNJ, TCU (Tribunal de Contas da União) e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para coordenar. Iniciamos com um diagnóstico no prazo de 30 dias e depois formatamos para assinar no final

de novembro um termo de cooperação entre todas essas instituições", disse Toffoli.

De acordo com Toffoli, o objetivo é fazer uma integração do Judiciário com os tribunais de contas "na análise de projetos e obras que estão paralisadas, que prejudicam ao fim e ao cabo a população que é a destinatária dessas obras". Na maior parte, são creches e pré-escolas cujas licitações foram questionadas nos tribunais. O ministro quer destravar obras de infraestrutura paralisadas por decisões judiciais no âmbito do CNJ, instituição voltada ao aperfeiçoamento das atividades do Judiciário.

Após fazer o diagnóstico da situação atual, o objetivo de Toffoli é envolver na discussão posteriormente outros órgãos e instituições, como Ministério Público, poderes Executivo e Legislativo e as advocacias públicas da União e dos Estados tendo como foco destravar esses projetos. Dessas obras, 2.292 são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que totalizam R\$ 127 bilhões. Os números ainda estão sendo avaliados pelo TCU e sujeitos à alteração.

CONJUNTURA »**Planejamento quer acelerar obras do PAC**

Segundo Esteves Colnago, objetivo é melhorar a alocação de recursos em meio ao quadro de restrição orçamentária

Ministro busca apoio de deputados e senadores para que R\$ 6,9 bilhões em emendas parlamentares ao Orçamento de 2019 sejam destinados ao programa. Nos cálculos da pasta, sete projetos prioritários podem ser concluídos em até dois anos

» HAMILTON FERRARI
» SIMONE KAFRUNI

O governo federal vai trabalhar no Congresso Nacional para que as emendas parlamentares de 2019 sejam destinadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um levantamento do Ministério do Planejamento mostrou que é

possível alocar R\$ 6,9 bilhões desses recursos a obras que já estão em andamento e precisam ser finalizadas. Nos cálculos da pasta, com o empenho dos deputados e senadores, seria possível concluir, em até dois anos, ao menos sete projetos de infraestrutura considerados prioritários para os estados.

A intenção da equipe econômica é melhorar a alocação de recursos. Em entrevista ao Correio, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, ressaltou que, num momento de restrição fiscal, em que há menos espaço para investimentos, a colaboração dos parlamentares vai ser fundamental para dar “tração” a

esses empreendimentos. No orçamento federal, o governo vai destinar R\$ 23,5 bilhões para o PAC, mas a alocação dos recursos dos deputados e senadores pode ajudar a acelerar os empreendimentos.

“(Os parlamentares) vão alocar? Não sei. Ou vão alocar tudo (os R\$ 6,9 bilhões)? Provavelmente não”, disse. “O normal não é a bancada (do estado) olhar um projeto que está no PAC e fazer a alocação, mas, com a restrição orçamentária que vivemos hoje, cada vez mais nós precisamos unir forças (dos poderes). Quanto mais auxílio, mais rápido eu vou ajudar a entregar os benefícios à sociedade”, completou Colnago.

Os investimentos do governo federal no programa vêm caindo paulatinamente nos últimos anos em consequência das contas mais apertadas. Saíram de R\$ 42 bilhões, em 2016, para os atuais R\$ 23,5 bilhões. Além disso, nos últimos anos, as emendas parlamentares empenhadas deixaram restos a pagar para os orçamentos seguintes, prejudicando ainda mais o espaço fiscal nas contas públicas.

Restos a pagar

Com a Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o teto dos gastos, esse montante postergado limita ainda mais os investimentos. “(Os restos a pagar) Tiram espaço do





orçamento do ano e criam uma dificuldade de planejar. Como vamos realizar projetos e obras novas se temos um carregamento de restos a pagar que concorre com outras despesas?”, indagou o ministro. Entre 2016 e 2017, o volume de recursos não efetivados superou 50% do total das emendas. O saldo de restos a pagar até 2017 somava R\$ 11,4 bilhões.

De acordo com o ministro do Planejamento, não existe um direcionamento ou incentivo para que as obras em andamento sejam priorizadas pelos parlamentares. Na interpretação dele, é preciso que haja uma interligação entre os poderes. Colnago admitiu, porém, que o acesso às informações de andamento das obras do PAC era pouco “amigável”. A pasta procura divulgar um novo portal para facilitar o acesso dos parlamentares aos dados.

Ao todo, os parlamentares terão R\$ 14,6 bilhões para emendas no orçamento de 2019, sendo R\$ 13,7 bilhões impositivas (obrigatórias). Destas, 50% precisam ser destinadas à saúde, restando quase R\$ 6,9 bilhões para as aplicações.

O Planejamento vai trabalhar para que o Congresso Nacional e a assessoria econômica do próximo presidente entrem em acordo sobre as alocações. “Nós já tentamos isso uma vez em 2015, mas não tivemos os resultados esperados”, lembrou Colnago. “Precisamos voltar ao Congresso para ver como será a receptividade dos parlamentares à proposta. Temos hoje uma capacidade tecnológica mais amigável que nos dá possibilidade de fornecer informações de forma mais rápida”, acrescentou.

Empreendimentos

Por enquanto, a equipe econômica ainda foca a conversa com os técnicos do Legislativo, antes dos parlamentares. Houve uma negociação informal para esperar o governo de transição (do próximo presidente) participar da discussão do orçamento. “Tendo a definição (eleitoral) no domingo, na próxima semana, ou no mais tardar na outra, essa construção do orçamento vai ganhar mais velocidade. Por enquanto, está em compasso de espera”, disse o ministro do Planejamento.

Colnago ressaltou ainda que o objetivo é criar um escopo para que a equipe de transição tenha um diagnóstico mais claro das obras e dos recursos que as emendas podem ajudar. “O objetivo é dar o maior número possível de informações para que a equipe de transição entenda que aquilo é meritório”, declarou.

O Planejamento fez um relatório que usa 39 empreendimentos como exemplo, sendo que 17 deles podem ficar prontos nos próximos quatro anos com a ajuda financeira das emendas, e outros sete, até o fim de 2020 (confira no quadro acima). O prazo para a apresentação de emendas à proposta do Orçamento para 2019 (PLN/2018) acaba em 1º de novembro. Pelo calendário da Comissão Mista do Orçamento (CMO), o parecer geral deve ser votado até o 6 de dezembro. No plenário do Congresso, a previsão oficial é de que a votação ocorra até 22 de dezembro, já que o recesso dos parlamentares começa no dia seguinte.





Ajuda para investir

O governo traçou 39 obras de infraestrutura do PAC que estão em andamento, das quais 17 podem ser finalizadas durante o mandato do próximo presidente, com a ajuda das emendas parlamentares

Período	Tempo esperado para fim das obras (em anos)
Até 2 anos	7
De 2 a 4 anos	10
De 4 a 6 anos	8
Mais de 6 anos	14

Obras que podem ser finalizadas em até dois anos:

- » Integração do Rio São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi;
- » Construção da Barragem Oiticica, no Rio Grande do Norte;
- » Adequação de trecho rodoviário na BR-493/RJ
- » Adequação de trecho rodoviário Travessia de Teresina, na BR-343;
- » Adequação de trecho rodoviário Pedra Branca, na BR-101/SE
- » Construção de trecho rodoviário em Cantá, na BR-432/RR
- » Construção de trecho rodoviário na BR-419/MS

CONJUNTURA »**Comitê para destravar projetos**

» ANDRESSA PAULINO*

Com mais de 14 mil obras paralisadas no Brasil, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, anunciou ontem a criação de um comitê para tentar destravar construções não finalizadas no país. O foco, de acordo com o ministro, será nas áreas de infraestrutura, educação, saúde e segurança pública.

O comitê será composto por CNJ, Tribunal de Contas da União (TCU) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e coordenará a fase inicial do projeto, que é o diagnóstico da situação atual. Segundo Toffoli, o objetivo é fazer a integração entre o Judiciário e os tribunais de contas “na análise de projetos e obras que estão paralisadas, que prejudicam,

ao fim e ao cabo, a população, que é a destinatária dessas obras”.

O ministro quer destravar obras de infraestrutura paralisadas por decisões judiciais. Após o diagnóstico, o objetivo é envolver nas discussões outros órgãos e instituições, como o Ministério Público, poderes Executivo e Legislativo, além das advocacias públicas da União e dos Estados

Mapa

Segundo mapeamento feito pelo TCU em uma amostragem de 39 mil obras, há atualmente 14.403 empreendimentos financiados com recursos federais que estão paralisados no país. Em termos financeiros, elas representam um investimento de R\$ 144 bilhões. Dessas obras, 2.292 são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), totalizando R\$ 127 bilhões. Os números ainda estão sendo avaliados pelo TCU e sujeitos a alteração.

De acordo com o advogado Eric Hadmann, do escritório Gico, Hadmann & Dutra Advogados, apesar da forte presença do Estado, o aumento do número de órgãos de controle provocou uma paralisia nas aprovações e revitalizações de obras por parte de agentes públicos. “Hoje, há um receio muito grande dos agentes públicos em colocar o nome em projetos do Estado. A administração pública não dá segurança para decisões técnicas, e isso faz os profissionais ficarem com medo de serem responsabilizados por um eventual projeto malsucedido”, afirmou.

Hadmann destacou que atrasos no andamento de obras representam gastos ainda maiores para os cofres públicos. “Qualquer atraso gera custo adicional. Então, o que podemos dizer é que essas obras paradas serão mais custosas do que o previsto originalmente”, acrescentou.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo